

# QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Charlene Rampazzo – UNOESC  
Kassiane Schwingel – UNOESC  
Sherlon Cristina De Bastiani – UNOESC

Eixo Temático: Estado e políticas públicas de educação  
Fonte de financiamento: Programa Observatório da Educação/CAPES

## RESUMO

O artigo propõe-se a discutir alguns conceitos de “qualidade da educação”, partindo de uma concepção histórico-filosófica de Catão e abordando alguns autores como Gentili e Enguita, buscando reconhecer as práticas pedagógicas que tais concepções implicam, bem como as finalidades das conceituações. Para melhor compreender a realidade atual, busca-se estabelecer comparações entre tais conceitos e os objetivos e conceituações dos organismos internacionais que são responsáveis pela medição da qualidade da educação na atualidade. Destaca-se, também, a organização da educação nacional e o sistema de avaliação a que ela se submete, a fim de reconhecer o seu papel regulador. O objetivo do artigo não é estabelecer um julgamento de valor sobre as concepções ou sobre a forma que a educação nacional está organizada, mas sim expô-las para que o leitor possa melhor se posicionar, instigando-o ao debate.

**Palavras-chave:** Educação. Qualidade. Avaliação.

## 1. INTRODUÇÃO

A qualidade da educação vem sendo tratada em nosso país como uma meta a ser alcançada devido, principalmente, à pressão internacional por melhora nos índices de medição da qualidade. Sabe-se que o reconhecimento do Brasil como um país em pleno desenvolvimento, depende muito do empenho despendido para elevar os resultados obtidos nas avaliações internacionais.

Porém, o que se percebe é que a qualidade da educação foi posta como objetivo a ser alcançado, o que demanda debate e estabelecimento claro dos significados desta qualidade. Educadores de todo o país veem-se obrigados a buscar a qualidade da educação sem saber qual qualidade, muito menos quais mecanismos usar para alcançá-la.

Neste sentido, o presente artigo propõe-se a trazer ao leitor alguns conceitos de qualidade, com vistas a instigá-lo ao debate sobre tal temática e para tanto, abordar a organização da educação nacional e os mecanismos de avaliação desse sistema. Apresenta,

ainda, a influência dos organismos internacionais no cenário nacional de educação para o alcance de metas que equiparem a educação ao nível mundial.

No decorrer do texto, são estabelecidas comparações entre as concepções apresentadas e sobre o que é considerada “qualidade da educação” para os organismos que são responsáveis pela medição dos resultados da educação mundial. Entidades como o Banco Mundial e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) ganham destaque, já que são protagonistas na avaliação da educação dos países.

## **2. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: discursos, práticas e intencionalidades**

Devido aos diversos significados de qualidade, busca-se em uma concepção histórico-filosófica o ponto de partida para o debate. O autor Francisco Catão (1997) define qualidade observando quatro aspectos: qualidade do sujeito, qualidade mimética, qualidade satisfação e qualidade total. Esta última seria o conjunto das três outras qualidades, dando ênfase ao que é qualidade em educação:

Em educação, porém, a qualidade total não se alcança unicamente pela soma desses três aspectos, qualidade do sujeito, mimética e qualidade-satisfação, mas se perfaz na qualidade do sujeito do ser humano como tal, sua perfeição, que corresponde ao desejo do bem inscrito no mais profundo de seu coração e na qualidade do convívio social, fruto da justiça e da solidariedade. (CATÃO, 1997, p. 105).

O alcance desta qualidade total proposta por Catão precisa basear-se na ética. Esta tem por fundamentos três aspectos que também precisam ser considerados: a liberdade, a consciência e a convivência. Porém, para se pensar em uma qualidade ética da educação, Catão define o que entende por educação:

[...] o conjunto das ações visando a permitir e facilitar ao educando o harmonioso e pleno autodesenvolvimento de si mesmo, tanto no campo da convivência como na construção do conhecimento, no equilíbrio dos sentimentos e nas habilidades indispensáveis ao provimento e satisfação de suas necessidades e da comunidade em que vive, não é difícil compreender que a educação envolve a totalidade do ser humano e se estende a todas as facetas do seu agir. (CATÃO, 1997, p. 120).

Porém, a concepção histórico-filosófica do autor é antagônica ao que o Banco Mundial, organização de grande importância nos rumos da educação na atualidade, vem destacando como qualidade na educação. “A concepção de qualidade presente nos

documentos do Banco volta-se, em geral, para a mensuração da eficiência e eficácia dos sistemas educativos, por meio, sobretudo, da medição dos processos de ensino e aprendizagem.” (DOURADO, OLIVEIRA, 2009, p. 11).

O foco deixa de ser o ser humano em sua totalidade, voltando à educação para uma lógica de mercado onde normalmente a qualidade-satisfação é o item a ser considerado. Para alcançar a qualidade em educação, Dourado (2009, p.11) explica quais os mecanismos sugeridos pelo Banco Mundial:

O Banco indica que a melhoria da qualidade da educação efetivar-se-á por meio da criação de sistemas nacionais de avaliação da aprendizagem e pela garantia de insumos crescentes nas escolas, tais como: livros textos, equipamentos, laboratórios e formação pedagógica.

A grande ênfase na busca desta qualidade definida pelo Banco Mundial está nos meios físicos de aprendizagem, incentivando constantes investimentos em equipamentos e formações para os profissionais da educação. Com isso, se quer alcançar a eficácia e a eficiência, que são garantias de qualidade para este organismo.

Enguita destaca que inicialmente a qualidade em educação estava relacionada aos investimentos que nela se faziam. Porém, com a supremacia do neoliberalismo e as mudanças de postura e conduta que com ele surgem, “o foco da atenção dos conceitos se deslocou dos recursos para a eficácia do processo: conseguir o máximo resultado com o mínimo custo.” (ENGUIITA, 1995, p.98). Ao ceder às pressões internacionais, o Brasil também adere à lógica do mercado e busca reconhecer a qualidade através de medições:

Hoje em dia se identifica antes com os resultados obtidos pelos escolares, qualquer que seja a forma de medi-los: taxas de retenção, taxas de promoção, egressos dos cursos superiores, comparações internacionais de rendimento escolar, etc. Esta é a lógica da competição no mercado. (ENGUIITA, 1995, p.98).

Esta afirmação de Enguita pode ser facilmente comprovada quando se pensa nos inúmeros exames e *rankings* que são feitos em todos os níveis da educação e em diversos âmbitos: internacionais, nacionais, regionais. Além disso, a UNESCO e a OCDE destacam a relação entre a qualidade em educação e os resultados de desempenho dos alunos:

Segundo Boletim da Unesco, a OCDE e a Unesco utilizam como paradigma, para aproximação da Qualidade da Educação, a relação insumos-processos-resultados. Desse modo, a Qualidade da Educação, a relação entre os materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação a aprendizagem das crianças etc. Destaca, ainda, que a qualidade pode ser definida a

partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno. (DOURADO, OLIVEIRA, 2009, p. 6)

Apesar de definir “insumos-processos-resultados” como base para a conquista da qualidade em educação, a UNESCO aponta que não só o aspecto financeiro é determinante na busca pela qualidade. Além dele, os aspectos pedagógico, cultural e social são de extrema importância.

Chama a atenção o aspecto social destacado pela UNESCO da seguinte forma: “a educação é de qualidade quando contribui para a equidade (não à desigualdade).” (UNESCO/OREALC, 2002, 2003 apud DOURADO, OLIVEIRA, 2009, p. 10).

Porém, Enguita (1995, p.107) explica que “o que a expressão “qualidade” conota é que algo distingue um bem ou serviço dos demais que o mercado oferece para satisfazer as mesmas ou análogas necessidades.” Dessa forma, o que vem acontecendo é a transformação da qualidade em distinção, ou seja, “não o melhor (em vez do mesmo ou do menos) para todos, mas para uns poucos e igual ou pior para os demais”.

Assim como Enguita, Gentili defende que a busca de qualidade da forma com que acontece na atualidade, passa a ser mais um critério de diferenciação social.

A “qualidade”, reduzido a um simples elemento de negociação, a um objeto de compra e venda no mercado, assume a fisionomia e o caráter que define qualquer mercadoria: seu acesso diferenciado e sua distribuição seletiva. (GENTILI, 1995, p.176).

Gentili destaca o que acredita ser necessário se pensar e agir para a busca da qualidade em educação:

Devemos sustentar com decisão que não existe um critério universal de qualidade (ainda que os intelectuais reconvertidos assim o pretendam). Existem diversos critérios históricos que respondem a diversos critérios e intencionalidades políticas. (1995, p.172).

Assim, como prevê a própria Constituição Brasileira, Gentili (1995, p. 176) defende que “Em uma sociedade democrática e moderna, a qualidade da educação é um direito inalienável de todos os cidadãos, sem distinção”.

### **3. ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

A educação nacional está organizada em sistemas para dar conta de atender os níveis de ensino que formam a educação básica. Em nível nacional, o poder público balisa a Educação Básica como escolaridade mínima, fundante para o desenvolvimento de um nível de conhecimentos, habilidades e competências necessárias para conviver em sociedade, emergir no mundo do trabalho e dar continuidade aos estudos.

A Educação Básica abarca três etapas principais, relatadas na LDB 9.394/96 “Art. 21º. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio [...]”.

Algumas mudanças estruturais podem ser observadas na Educação Básica nos últimos anos, especialmente a partir da LDB 9.394/96. Para a Educação Infantil podemos destacar o reconhecimento dos direitos da criança e o forte apelo pelo seu desenvolvimento integral considerando seus aspectos físico, intelectual e social.

Ao Ensino Fundamental acrescentou-se um ano, por meio da lei nº 11.114/05 que estabelece a obrigatoriedade do ingresso nesta etapa aos seis anos de idade e da lei nº 11.274/06 que altera redação do artigo 32º tratando da duração de nove anos. Bem como, o Ensino Fundamental de 9 anos torna-se meta da educação nacional, como indica a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que aprovou o Plano Nacional de Educação. O Ensino Médio, corresponde à última etapa da educação básica, tem no mínimo 3 (três) anos de duração e pode, ainda, ofertar formação profissional.

Os sistemas de ensino – federal, estadual e municipal - atuam em regime de colaboração, sendo que os municípios encarregam-se da oferta e manutenção da educação infantil e ensino fundamental, este último em regime de colaboração com os estados, sendo que o estado deverá voltar-se para o atendimento do ensino médio.

A educação básica é financiada pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o sítio governamental<sup>1</sup> define:

É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>

força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Criado em 2006 para substituir o antigo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) implantado em 1998, a principal mudança introduzida foi a envolvimento de toda a educação básica. O fundo faz parte do FNDE<sup>2</sup> e explicita o regime de colaboração entre estados e união para a manutenção da educação básica.

#### **4. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Toda organização política/institucional necessita conhecer seu progresso para efetuar melhorias, e assim, adentramos no debate da avaliação da educação básica que tem como principal função o diagnóstico, sendo que as informações por elas coletadas se configuram em indicadores de qualidade e contribuem para a (re)elaboração de políticas educativas, além de permitir uma leitura atual e progressiva da educação. Assim, temos o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – implantado em 1990. Por meio dele é possível levantar dados educacionais de todo o território brasileiro com intervalo bianual.

O SAEB compõe-se de dois grandes eixos: o primeiro voltado ao acesso ao ensino básico no qual se verifica o atendimento à demanda (taxas de acesso e taxas de escolarização) e a eficiência (taxas de produtividade, taxas de transição e taxas de eficiência interna); o segundo eixo é relativo à qualidade, implicando no estudo de quatro dimensões relativas: 1. ao produto – desempenho do aluno quanto a aprendizagem de conteúdos e desenvolvimento de habilidades e competências; 2. ao contexto – nível sócio-econômico dos alunos, hábitos de estudo, perfil e condições de trabalho dos docentes e diretores, tipo de escola, grau de autonomia da escola, matriz organizacional da escola; 3. ao processo – planejamento do ensino e da escola, projeto pedagógico, utilização do tempo escolar; estratégias de ensino; 4. aos insumos – infra-estrutura, espaço físico e instalações, equipamentos, recursos e materiais didáticos (GATTI, 2009, p. 12).

O SAEB avalia o sistema nacional de educação, para tanto, utiliza como instrumentos de pesquisa a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Assim, o SAEB favorece uma análise multifacetada das questões objetivas e subjetivas da educação, bem como dos processos extraescolares e intraescolares.

---

<sup>2</sup> Do site oficial do FNDE: O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma *autarquia* federal vinculada ao Ministério da Educação que tem como missão prestar assistência financeira e técnica e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos.

A Prova Brasil data de 2005, é destinada aos estudantes de 5º e 9º ano, sendo avaliado o desempenho em Língua Portuguesa com foco em leitura e Matemática com foco na resolução de problemas. A elaboração tem base nas propostas curriculares de diversos estados e municípios e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os pontos dão partida à elaboração uma matriz de referência.

O ENEM avalia os conhecimentos dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio ou que já concluíram, além de possibilitar o acesso ao ensino superior em universidades públicas por meio do Sistema de Seleção Unificada.

A avaliação da Provinha Brasil afere o desempenho de alunos no segundo ano do ensino fundamental das escolas públicas, a avaliação é feita em duas etapas, as provas são aplicadas no início e no término do ano letivo, tendo como foco da avaliação, a leitura.

De acordo com Gatti, a integração da Prova Brasil com o SAEB determinou a construção de um indicador,

[...] o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a partir de 2007, que integra o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações nacionais. Essas médias referem-se ao desempenho no SAEB para os Estados e na Prova Brasil para os Municípios. É possível dispor de um valor do Indicador para o país como um todo, cada Estado, Município e Escola. (2009, p. 12-3).

O IDEB é o principal indicador de qualidade para a Educação Básica. A integração entre a Prova Brasil e o SAEB permitiu cruzar as informações sobre o fluxo escolar - taxas de aprovação, reprovação e evasão – visto por meio do censo escolar, e, as médias de desempenho escolar na Prova Brasil. Analisa-se a aprendizagem em leitura e matemática e, ainda, permite um resultado atualizado a cada dois anos e detalhado em três âmbitos: por escola, por município, e por estado. Conforme sítio oficial do Inep<sup>3</sup>, atualmente a média brasileira é de 4,6 e a meta é para que em 2022 alcance à média 6.0, média dos países desenvolvidos.

As avaliações funcionam como reguladoras da educação, à medida que interferem no processo educativo. Em outras palavras as avaliações fornecem diagnóstico, coleta de dados, análise e reflexão da um determinada situação e a partir dela pode-se introduzir mudanças e inovações no sistema educacional.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>

## 5. AVALIAÇÕES INTERNACIONAIS

Diante da trajetória acerca das avaliações de desempenho das redes de ensino e da busca pela qualidade na educação surge, portanto, a preocupação com os processos de avaliação escolar, mediante instrumentos que possam garantir a qualidade educacional não só no âmbito nacional, mas também para as dimensões internacionais.

Mesmo utilizando diferentes perspectivas conceituais e metodológicas os sistemas nacionais tem como propósito contribuir para a melhoria da qualidade ao revelar o desempenho dos alunos, em cada país.

Para tanto, alguns países participam nas avaliações das aprendizagens desenvolvidos pelo Laboratório Latino Americano de Avaliação da Qualidade de Educação (LLECE), este coordenado pela UNESCO, objetivando medir e avaliar a qualidade educacional de países da América Latina e do Caribe, porém, ainda sem regularidade, pois o primeiro estudo foi realizado em 2001, o segundo sete anos mais tarde, em 2008 e o terceiro estudo está previsto para 2012.

Há também, outras formas de avaliação internacionais, conforme aborda CARRASCO e TORRECILA (2009, p. 35), como o TIMSS (Trends in International Mathematics and Science Study) realizadas pela IEA (International Association for the Evaluation of Educational Achievement), que avaliam e comparam o rendimento escolar para as disciplinas de Matemática e Ciências para as quartas e oitavas séries, porém sem periodicidade determinada.

O Brasil ainda submete-se ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) coordenado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Os testes do Pisa são aplicados com intervalo de três anos abordando conteúdos de Leitura, Matemática e Ciências, intercalados, um em cada triênio, que tem como objetivo analisar e comparar o rendimento nestas disciplinas de alunos de quinze anos. Neste Programa o Brasil já foi avaliado em leitura (2000), matemática (2003), ciências (2006) e novamente em leitura (2009).

No Brasil, quem coordena o PISA é o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O Brasil, juntamente com outros países latino-americanos tem se mantido abaixo da média internacional “o que demonstra que os jovens [...] não conseguem adquirir os conhecimentos e as competências necessários, exigidos pela dinâmica e



complexidade das sociedades contemporâneas e, assim, estar aptos para conseguir uma plena participação nelas.” (CARRASCO e TORRECILA, 2009, p. 40).

O desafio está centrado na busca do ensino de qualidade social.

[...] as profundas desigualdades que ocorrem, na educação, entre estudantes que frequentam diferentes escolas. [...] evidencia-se a importância que adquirem as decisões tomadas para o conjunto dos sistemas educativos. A importância que cada país dá à educação e o interesse e recursos que cada um lhe atribui acaba por gerar como resultado a própria aprendizagem dos alunos. (CARRASCO e TORRECILA, 2009, p. 42).

Nesta perspectiva, o rendimento escolar e a qualidade educativa não podem ser abordados de forma isolada, nem por regiões nem por países, pois quando se fala em qualidade de educação, não há como os alunos não se apropriarem das aprendizagens sem um desenvolvimento integral e participação plena na sociedade.

As práticas educacionais devem desenvolver a capacidade do aluno para refletir e pensar, mediante uma educação que ofereça a experiência do respeito e convivência harmoniosa. Também se faz necessário apoiar os docentes, as interações e os ambientes escolares para que o resultado do trabalho educativo não consista apenas em medir resultados. Os sistemas centralizados apenas na medição afastam os sistemas educacionais das finalidades para qual foram criados.<sup>4</sup>

Ainda conforme, Carrasco e Torrecila (2009), “a ousadia de alguns países, que foram capazes de perceber que a participação em estudos, tanto regionais como internacionais, é uma grande oportunidade para melhorar a qualidade e a distribuição da oferta educativa dentro dos seus sistemas”, resulta, portanto, no conhecimento do processo educacional e desenvolvimento da cidadania participativa, mediante debates e políticas destinadas a melhoria das condições do processo educativo nos diferentes países,

[...] a cidadania exige o exercício de deveres para que os próprios direitos se efetivem. Isto significa que cada individuo deve fomentar a busca e a construção coletiva dos direitos; o exercício da responsabilidade com a coletividade; o cumprimento de regras e de normas de convivência, produção, gestão e consumo estabelecidos pela coletividade; a busca efetiva de participação na política[...]. (AHLERT, 2003, p. 143).

Ainda para Ahlert (2003, p. 144)

---

<sup>4</sup> CASASSUS, Juan. Uma nota crítica sobre a avaliação estandarizada: a perda da qualidade e a segmentação social. Sísifo. Revista de Ciências da Educação. Nº 9. Mai/Ago 2009.

[...] entra em cena uma nova categoria que é a questão do saber. Dominar os conteúdos da cultura e construir novos conhecimentos a partir deles, para dentro do contexto das necessidades das populações significa ter, na educação, seu principal instrumento, e no resgate dos valores humanitários como a solidariedade, a consciência do compromisso com o bem estar de todos, a fraternidade e a reciprocidade, a urgência mais fundamental.

A cidadania participativa não deve ser desvinculada das reais condições sociais, políticas e econômicas da sociedade, devendo, portanto, o indivíduo participar da prática política em todas as esferas, para que dessa forma ocorra uma transformação da sociedade de exclusão.

Mesmo diante das diferenças encontradas entre os países, há em todos, grandes dificuldades na qualidade educativa, e assim é possível perceber as diferenças de níveis de ensino.

Porém, conforme Casassus (2009, p. 73)

As provas dos estudos comparativos internacionais (TIMMS, LLECE, PISA), bem como as medições nacionais, que se baseiam em avaliações pontuais, devolvem resultados decepcionantes [...] e a desigualdade persiste [...] centrando-a em políticas de Standards e em mais avaliações quantitativas.

Há, portanto, necessidade de reflexão sobre os esforços dos países nos últimos anos, no tocante às políticas educativas voltadas para a questão da qualidade educacional, Para tanto, faz necessário observar as múltiplas dimensões que envolvem o conceito de qualidade, articulando o processo educativo com as políticas de gestão de educação de cada país na oferta de uma educação obrigatória de qualidade, o que implica democratização do acesso e da permanência na escola, em que qualidade e quantidade são consideradas, tendo em vista a qualidade social da educação para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das inúmeras ideias sobre qualidade em educação abordadas neste texto, percebe-se a importância de tal temática e de sua profunda discussão.

O debate sobre o que se entende como qualidade e o que se espera de uma educação de qualidade são assuntos de interesse de toda a sociedade, já que a educação das pessoas produz reflexões em todos os setores da vida social.

A qualidade da educação é resultante de um processo complexo, em que convergem aspectos internos e externos à escola. Os fatores internos como a prática pedagógica e os processos do ensino e da aprendizagem se submetem a uma organização política que representa um dos aspectos externos à escola, que interfere na educação de forma reguladora e financiadora, resultando no que se tem almejado como qualidade.

Porém, as avaliações do sistema educacional conferem a constatação situacional da educação. A reflexão sobre tais dados e o estabelecimento de práticas que busquem apontar para um caminho para a melhoria na qualidade da educação.

Os educadores precisam estar cientes da organização da educação nacional, do que se considera como educação de qualidade, dos meios utilizados para alcançá-la e, principalmente, de seu papel como agentes de transformação na sociedade. O envolvimento dos educadores no processo educativo, é fundante para a construção da qualidade social da educação para todos.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvori. **Políticas Públicas e Educação na Construção de uma cidadania participativa, no contexto do debate sobre ciência e tecnologia.** Educere – Revista da Educação, p. 129-148, vol. 3, n.2, jul/dez., 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n 9.394 de 16 de maio de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 maio 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

CARRASCO, Marcela Román; TORRECILA, F. Javier Murillo. **A avaliação das aprendizagens na América Latina:** comportamentos e tendências do desempenho escolar dos estudantes latino-americanos nos ensinos primário e secundário. Sísifo. Revista de ciências da educação. n. 9. 2009. Maio/Ago. p. 31-46.

CASASSUS, Juan. **Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada:** a perda da qualidade e a segmentação social. Sísifo. Revista de ciências da educação. n. 9. 2009. Maio/Ago. p. 71-78.

CATÃO, Franscisco Augusto Carmil. **Ética, educação e qualidade.** In\_\_\_\_. MARCÍLIO, Maria Luiza; RAMOS, Ernesto Lopes. **Ética na virada do século:** busca no sentido da vida. São Paulo: LTR LTDA, 1997.

DOURADO, Luiz Fernando, OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Campinas: CAD. CEDES. Vol. 29. N. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In \_\_\_\_\_. GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. org. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 1995.

FINANCIAMENTO da Educação – **Fundeb**: apresentação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>>. Acesso em: 24 set. 2011.

GATTI, Bernadete A. **Avaliação de sistemas educacionais no Brasil**. Sísifo. Revista de ciências da educação. n. 9. 2009. Maio/Ago. p. 7-18.

GENTILI, Pablo. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In \_\_\_\_\_. GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. org. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 1995.